

ano 2 - n. 03 | julho/dezembro - 2018
Belo Horizonte | p. 1-264 | ISSN 2594-8393
Revista Fórum de Direito na Economia Digital – RFDED

Revista Fórum de Direito na Economia Digital

RFDED

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Responsividade regulatória e autorregulação imposta: o devido processo legal e a legalidade como limites

Carlos Ari Sunfeld, Jacintho Arruda Câmara, André Rosilho	9
1 Introdução – os objetivos do novo RQUAL	9
2 Ilegalidade das medidas propostas para punir o não atingimento de índice de qualidade sistêmica	12
3 Impossibilidade de imposição de suspensão de vendas como medida compensatória	20
4 Criação de entidade aferidora de qualidade, uma associação privada de filiação compulsória para as prestadoras, que receberá a delegação de competência fiscalizatória da Anatel	21
5 Conclusão	30

Consumidor eletrônico

Cinthya I. V. Ribeiro	33
1 Introdução	33
2 Comércio eletrônico	34
2.1 Início e conceito de comércio eletrônico	34
2.2 Tipos de comércio eletrônico	35
2.3 Consumidor e fornecedor	36
3 Legislações sobre comércio eletrônico	37
3.1 Lei Modelo da Uncitral e o comércio eletrônico	37
3.2 Organização Mundial do Comércio	38
3.3 Projetos de lei no Brasil	40
3.3.1 Projeto de Lei nº 672, de 1999	40
3.3.2 Projetos de Lei nº 1.483/99, nº 1.589/99 e nº 4.906/2001	41
3.3.3 Projeto de Lei nº 281/2012 (AGENDA BRASIL 2015)	42
3.3.4 Projeto de Lei nº 1.232/2011	42
4 A aplicabilidade do Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013	42
4.1 Informações a respeito do produto, serviço e do fornecedor	43
4.1.1 <i>Spam</i>	46
4.1.2 <i>Cookies</i>	47
4.1.3 <i>Worms</i>	48
4.1.4 Cliques em <i>sites</i> de busca	48
4.2 A responsabilidade dos <i>sites</i> de compra coletiva	48
4.3 Atendimento facilitado ao consumidor	51
4.4 Direito de arrependimento	53
5 Formas alternativas de conflito	55
6 Conclusão	57
Referências	58

O impacto positivo e legalidade das transações eletrônicas bancárias na sociedade, Poder Judiciário e reflexos monetários ante provisão processual

Douglas Belanda	61
1 Explanação introdutória	61
2 Transações digitais bancárias e cerne social	70
3 Tecnologia, balanço empresarial, provisionamento jurídico e Poder Judiciário.....	79
4 Conclusão	88
Referências	90

Como a intervenção do TCU na execução da política nacional de banda larga pela Anatel pode prejudicar o desenvolvimento da economia digital

Francisco Amaral de Almeida Sampaio	93
1 Introdução	93
2 A política nacional de banda larga e os objetivos de transformação da economia digital.....	95
3 A proposta de Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações	98
4 A competência da Anatel para aplicar sanções e celebrar TACs: limites ao controle pelo TCU	100
5 As consequências de intervenções do TCU na esfera de autonomia própria da Anatel para a execução do plano nacional de banda larga, com prejuízo ao desenvolvimento da economia digital	104
Referências	107

Criptomoedas e direito da insolvência no Brasil: uma proposta de discussão

Gilberto Gornati	109
1 Introdução	109
2 Criptomoedas e o ambiente normativo no Direito brasileiro.....	110
2.1 A utilidade do debate atual sobre a natureza jurídica das criptomoedas.....	111
3 Direito da Insolvência no Brasil e as criptomoedas	113
3.1 Empresários e sociedades empresárias titulares de direitos sobre criptomoedas....	115
3.2 Entidades corretoras (<i>exchanges</i>) de operações com criptomoedas.....	116
3.3 Sumário sobre as questões de insolvência dos titulares de criptomoedas e insolvência das entidades corretoras de criptomoedas.....	120
4 Conclusões.....	120
Referências	122

Smart contracts e o direito contratual brasileiro: autoexecutabilidade, descentralização e conflitos inerentes aos contratos registrados em plataformas *blockchain*

Kayo Adriano Albuquerque Araújo, Erivaldo Cavalcanti	123
1 Introdução	123
2 Fundamentação teórica	125
2.1 Análise dos contratos inteligentes sob o olhar da principiologia contratual brasileira	125
2.1.1 Princípio da liberdade contratual.....	128
2.1.2 Princípio da função social dos contratos	129
2.1.3 Princípio da segurança jurídica	131
2.2 Análise da validade dos negócios jurídicos provenientes de contratos inteligentes ...	131
2.2.1 A Escada Ponteaana	131
2.2.2 Nulidade e anulabilidade.....	134
2.3 Peculiaridades pertinentes	135

2.3.1	Autoexecução e prescrição.....	135
2.3.2	Descentralização e Jurisdição	136
2.3.3	Métodos existentes para resolução de conflitos provenientes de <i>smart contracts</i> : as cortes de arbitragem virtual na estrutura do <i>blockchain</i>	138
	Referências	140

Consent according to the GDPR and the (draft) ePrivacy Regulation

Niko Härting, Seda Dag	141	
1	Introduction	141
2	Consent according to the draft ePR	142
2.1	Art. 5 ePR.....	142
2.2	Art. 6 ePR	143
2.3	Art. 8 ePR	144
2.3.1	Art. 8 (1) ePR.....	144
2.4	Art. 9 ePR.....	145
2.5	Art. 10 ePR	145
3	Consent according to the GDPR	146
4	Differences and similarities	147
5	Conclusion	148

Pirataria de conteúdo audiovisual e mídia programática: uma relação de interdependência

Paulo Marcos Rodrigues Brancher, Camila Taliberti Ribeiro da Silva, Vitor Rodolfo Koketu da Cunha.....

		151
1	Introdução	151
2	Ecossistema da publicidade digital e modelos de negócios existentes	154
3	Legislação aplicável à publicidade digital.....	160
3.1	Lei nº 4.680/1965 e Decreto nº 57.690/1966.....	161
3.2	Normas-Padrão da Atividade Publicitária.....	163
3.3	Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (CBAP)	164
3.4	Código de Defesa do Consumidor.....	165
3.5	Medida Provisória nº 2.228-1/2001 e Instrução Normativa nº 95/2011 da Agência Nacional de Cinema (ANCINE)	166
3.6	Lei Complementar nº 116/2003	167
4	Atuação dos órgãos governamentais no combate à pirataria de conteúdo audiovisual	168
4.1	Ministério Público	168
4.2	Polícias	169
4.3	Conselho Nacional de Combate à Pirataria	170
5	Responsabilidades e sanções aplicáveis.....	171
5.1	Esfera civil	171
5.2	Esfera criminal.....	176
6	Atuação dos <i>stakeholders</i> no combate ao uso da publicidade para financiamento à pirataria de conteúdo audiovisual	177
6.1	Código de boas práticas da Association of National Advertisers (ANA) e American Association of Advertising Agencies (4A's).....	178
6.2	Código de boas práticas do Interactive Advertising Bureau (IAB) e <i>ad networks</i>	178
6.3	Modelo de certificação do Trustworthy Accountability Group (TAG)	179
6.4	Modelo <i>Infringing Website List</i> da IAB-UK	181
6.5	CPI dos Crimes Cibernéticos (CPI-CIBER).....	181
7	Conclusão	182
	Referências	183

Aspectos jurídicos das microtransações no mercado de jogos digitais	
Paulo Cesar Ivo de Freitas	185
1 Introdução	185
2 Jogos digitais: breves apontamentos	187
3 Modelo de negócios: microtransações	188
3.1 Análise global do tema	189
4 Conclusão: e o cenário brasileiro?	195
Referências	197
Tecnologia <i>blockchain</i> para além das criptomoedas	
Paulo Eduardo Lilla	199
1 Introdução	199
2 A tecnologia <i>blockchain</i> e seu funcionamento a partir da rede Bitcoin	201
2.1 O problema do gasto duplo e sua solução pelo algoritmo de consenso	203
2.2 Criptografia e segurança das transações	208
3 Características da tecnologia <i>blockchain</i> e seu potencial para os negócios	210
3.1 <i>Blockchains</i> públicos e permissionados	214
4 Os <i>smart contracts</i> e seu potencial para o desenvolvimento de aplicações em <i>blockchain</i>	217
4.1 A relação entre <i>smart contracts</i> e contratos jurídicos	219
4.2 <i>Smart contracts</i> , <i>tokens</i> digitais e o gerenciamento de “propriedades inteligentes”	223
4.3 Aplicações descentralizadas, sistemas de registros e outras aplicações	227
5 Considerações finais	232
Referências	234
Proteção de dados pessoais na internet: a nova regulação europeia (<i>General Data Protection Regulation</i> – GDPR) e o interesse das empresas brasileiras	
Samira Otto, Gabriel Araújo Souto	237
1 Introdução	237
2 Definições e conceitos importantes	239
2.1 O que são dados pessoais?	239
2.2 Tratamento, processamento e armazenamento de dados pessoais	243
3 Aplicação do GDPR às empresas brasileiras	245
3.1 Algumas possibilidades para empresas brasileiras interessadas no mercado europeu	246
4 Conclusão	249
Referências	251
O domínio público revisitado – regras e respeito em tempos de internet	
Silvia Regina Dain Gandelman	255
1 Breve histórico	255
2 As convenções internacionais	256
3 O domínio público no Direito brasileiro	256
4 A internet e o projeto do Google para livros	257
5 Casos concretos envolvendo prazos de proteção	258
6 Legislação comparada	259
7 Conclusão	259
Referências	261
Instruções para os autores	263